

OS SUJEITOS DA EJA E A IMPORTÂNCIA DE RECONHECÊ-LOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ADEQUADAS

Eixo 2 – Formação e Desenvolvimento Profissional Docente

Nicolay Caetano De Oliveira Alves⁸⁰

Liliam Cristina Caldeira⁸¹

Resumo

O presente relato de experiência é oriundo de reflexões desenvolvidas durante uma ação de extensão vinculada à disciplina de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), do curso de Pedagogia Faed/UFMS. A extensão ocorreu em diferentes contextos pedagógicos de EJA. As vivências da extensão geraram o seguinte questionamento: quem são os sujeitos dessa modalidade e qual a importância de reconhecê-los para a construção de práticas pedagógicas de qualidade? Os estudos realizados na disciplina possibilitaram compreender os sujeitos, práticas e contextos observados, contribuindo com a formação inicial docente para essa modalidade educacional e o entendimento da EJA e suas diversidades.

Palavras-chave: Sujeitos da EJA; Práticas pedagógicas; Formação docente.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade considerada regular pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional (Brasil, 1996). Esta é amparada por práticas educacionais que, muitas vezes, não consideram as especificidades dos sujeitos que a compõem. Frente a esse contexto, torna-se necessário compreender quem são esses sujeitos, considerando marcadores sociais como raça, etnia, cor, gênero e contexto socioeconômico, para que se consiga realmente atender à maior parte desse público e realizar uma prática pedagógica de qualidade. Esse relato parte das vivências de observação participante de uma educanda da pedagogia durante a extensão vinculada a disciplina Alfabetização de Jovens e Adultos. Essa disciplina foi desenvolvida na perspectiva da curricularização da extensão e faz parte do Núcleo de Aprofundamento do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação (Faed) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A necessidade de escrever este relato de experiências surge de indagações geradas durante a observação em turmas nas fases iniciais dessa modalidade, com práticas de alfabetização, em Campo Grande – MS. As ações de extensão foram desenvolvidas nas seguintes instituições: um centro de convivência de idosos do Mato Grosso do Sul, uma entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos focada na defesa de direitos, na reabilitação e na inclusão social de pessoas com deficiência intelectual, múltipla ou transtornos globais do desenvolvimento e uma escola pública de Campo Grande, MS.

O seguinte relato foi feito a partir da extensão da disciplina Alfabetização de Jovens e Adultos do núcleo de EJA do curso de pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Faed/UFMS), do polo de Campo Grande. A disciplina citada é constituída pela seguinte ementa: Alfabetização e letramento na EJA. Processos de ensino e aprendizagem de jovens e adultos não alfabetizados. Ela é composta por 68 horas, sendo 32 destas de extensão em turmas de alfabetização

⁸⁰ Acadêmica do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: nicolay.caetano@ufms.br.

⁸¹ Docente do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: liliam.caldeira@ufms.br.

de pessoas jovens, adultas e idosas. As horas de extensão deveriam ser divididas em pelo menos três instituições.

No curso de Pedagogia da UFMS, no campus de Campo Grande, a partir do 6º semestre, iniciam-se os núcleos de aprofundamento. Os educandos devem escolher um para se aprofundar. Dentre estes, há o de Educação de Jovens e Adultos. As disciplinas que o compõem são: Alfabetização de Jovens e Adultos, Políticas de Educação de Jovens e Adultos e Prática em Educação de Jovens e Adultos.

Como a proposta da extensão foi conhecermos uma certa diversidade de oferta de EJA, as observações realizadas possibilitaram conhecer práticas pedagógicas muito distintas. A diversidade observada inclui os educandos da EJA, professores e práticas muito diversas, condições materiais e propostas pedagógicas diferentes. Na primeira instituição, a professora apresentava atividades infantilizadas para os alunos, sem considerar suas especificidades e demandas. Porém, na segunda e na terceira instituições observadas, foi possível ver práticas pedagógicas em que a pluralidade e as demandas dos indivíduos eram consideradas, assim, realizando um ensino em que esses educandos são reconhecidos para a construção de práticas pedagógicas adequadas.

Com isso, o relato aqui exposto tem por finalidade compartilhar nossas reflexões e entendimentos acerca dos educandos da EJA em espaços educativos em Campo Grande – MS, a partir das vivências de uma extensão. A diversidade observada inclui os estudantes dessa modalidade, professores e práticas muito diversas, condições materiais e propostas pedagógicas diferentes.

Com as observações foi possível refletir sobre o quanto é relevante para a prática pedagógica que o educando da EJA seja considerado em sua integralidade, seu contexto social, condições econômicas, gênero, etc. Desta forma surgiu o questionamento: quem são os sujeitos da EJA e qual a importância de reconhecê-los para a construção de práticas pedagógicas adequadas?

A partir dessa experiência, buscamos compartilhar nesse relato nossas reflexões e entendimentos acerca dos educandos da EJA em espaços educativos em Campo Grande – MS, as práticas pedagógicas desenvolvidas e a relevância desse processo de aprendizagem acadêmica para a formação inicial docente.

O olhar para os elementos apreendidos da realidade de produção da EJA nos espaços observados foi fundamentado nas seguintes produções: Ferreira e Albuquerque (2010), “Sílabas, sim! Método silábico, não!”, que aborda a discussão sobre o trabalho com o sistema de escrita alfabético, na interface da alfabetização e do letramento, numa perspectiva crítica às práticas de alfabetização infantilizadas na EJA; no texto “Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública”, de Arroyo (2005), cujo eixo central é a defesa da EJA como uma política pública essencial e um direito fundamental, ressaltando a especificidade dos sujeitos inseridos nessa modalidade e a necessidade de reconhecer suas trajetórias de vida e de resistência.

Por fim, também foi relevante o texto “Desafios e perspectivas dos alunos da EJA na escola contemporânea”, de Costa e Amorim (2020), que tem como foco principal analisar a realidade, os obstáculos e as expectativas dos estudantes da EJA na contemporaneidade, destacando os caminhos para construir uma prática pedagógica mais inclusiva e sintonizada com as demandas da modalidade.

O processo de extensão integrado à disciplina Alfabetização de Jovens e Adultos

A extensão foi realizada no segundo semestre de 2025, sob a orientação da professora da disciplina Alfabetização de Jovens e Adultos e ocorreu em três instituições com turmas de alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas. As instituições observadas foram: um centro público de convivência de idosos, uma entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos e uma escola pública, todas localizadas em Campo Grande, MS.

Os elementos e processos observados resultaram em debates na disciplina levando a uma produção de novos sentidos aos estudos realizados ao longo do semestre. Foram acompanhadas

diversas turmas, aulas e práticas pedagógicas nas referidas instituições. A partir de critérios previamente estabelecidos, os itens observados nas turmas foram: práticas pedagógicas, estudantes e materiais didáticos.

Na primeira instituição, foram observadas duas turmas, focadas especialmente em processos iniciais de alfabetização, sob a regência da mesma professora. A rotina é composta por dois encontros semanais, cada um com duas horas de duração por semana. Cada turma contava com um número pequeno de educandas idosas, sendo uma turma com 7 alunas e a outra 8, em níveis distintos de aprendizagem da língua escrita. As atividades propostas nessas turmas se assemelham bastante às atividades de alfabetização do ensino fundamental voltadas a crianças, distantes das especificidades do público da EJA.

Na segunda instituição foram realizados dois dias de observação em duas turmas compostas por homens e mulheres, com cerca de 25 alunos matriculados em cada, porém, apenas um terço frequente. Na primeira turma, os estudantes estavam em processo inicial de aprendizagem do sistema alfabético de escrita e, na segunda, já escreviam com certa autonomia, usando letra bastão.

O foco dessas turmas não é apenas alfabetização; os alunos têm aulas de diferentes disciplinas e professores. Nas aulas de Língua Portuguesa que acompanhamos ocorreram trabalhos com produção de texto relacionados a elementos da realidade dos alunos, a partir de um texto com evidências de ser bastante significativo. Os encaminhamentos deram visibilidade a uma abordagem que reconhece a diversidade dos educandos em sala (tanto cognitiva quanto emocional e social) nas práticas pedagógicas.

Nessas turmas, os alunos apresentam diferenças nítidas quanto ao ritmo de aprendizagem, alguns têm uma rotina mais desafiadora pelo fato de trabalharem e estudarem e apresentam um maior cansaço. Assim, foi possível notar a diversidade presente no contexto da EJA; os diversos tempos e dinâmicas de aprendizagem. Nesta instituição, ficou evidente que essa modalidade não se limita apenas ao espaço escolar, mas se estende como um campo de responsabilidade pública, especialmente no contexto da educação especial, com diversas dimensões sociais que atravessam a vida desses sujeitos (como emprego, saúde, moradia e autonomia). Foi possível observar essa articulação por meio de projetos como o Programa de Formação para o Trabalho (PFT), voltado para políticas de emprego e inserção social.

Na terceira instituição em que estive, a turma vivenciava um dia especial: uma noite de autógrafos. O foco principal era a celebração pelo livro que escreveram, uma biografia coletiva em que cada estudante possui uma página contando sua própria história.

A partir deste projeto, foi possível observar uma valorização constante das potencialidades dos estudantes e o reconhecimento de suas histórias pessoais. Nesta instituição, antes da aula, os alunos jantam e enquanto isso, a professora dialoga com eles e os recebe. É possível observar como a professora traz atividades significativas e contextualizadas com a realidade dos alunos, como, por exemplo, uma atividade sobre números decimais, na qual a professora escolheu trabalhar esta temática a partir de folhetos de supermercado, em que o objetivo principal era analisá-los e realizar cálculos a partir dos preços apresentados. Outro aspecto que ficou claro é a pluralidade dos alunos quanto aos tempos de aprendizagem, histórias de vida, gênero, motivos para estarem na sala de aula e condições socioculturais.

Durante o período em que estive nesta turma, foi possível perceber como os alunos que foram privados de permanecer no sistema de ensino quando mais novos. Com isso, não foram apenas privados da aprendizagem escolar, mas foram colocados à margem da sociedade e tiveram direitos básicos negados, como, por exemplo, um senhor que tem dificuldade para enxergar e não tem acesso a atendimento médico especializado por diversos motivos, e isto acaba atrapalhando seu processo de aprendizagem.

Importância de conhecer os educandos da EJA

Durante muito tempo, acreditava-se que não era necessário que se soubesse quem é o aluno para saber como ensinar para este. Como apresentam Ferreira e Albuquerque : “O ato de ensinar a ler e escrever, por muito tempo, foi visto como uma atividade que não se preocupava muito com ‘quem vai aprender’, nem mesmo com o ‘como ensinar’” (Ferreira; Albuquerque, 2010, p. 113). Porém, com o passar do tempo, este conceito foi mudando e agora entende-se que, o contrário.

Sabemos que é necessário saber quem é o aluno para assim podermos ensiná-lo com qualidade, e isto se aplica, a aprendizagem nessa modalidade, Para Arroyo, o ensino tem que partir das especificidades desses alunos: “A Educação de Jovens e Adultos tem de partir, para sua configuração como um campo específico, da especificidade desses tempos da vida, juventude e vida adulta e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos” (Arroyo, 2005, p. 22).

Apesar disso, ainda é possível encontrar na EJA práticas infantilizadas, como uma reprodução do ensino com crianças, desconsiderando quem é o aluno, como ele aprende e suas especificidades. Diversos alunos possivelmente já tiveram contato com esta forma de alfabetizar, não obtiveram sucesso nesse processo, o que os pode fazer acreditar que esta é a única forma de aprender e, como não aprenderam antes, também não conseguirão agora, pois o método continua o mesmo, levando à evasão escolar. No texto Sílabas Sim: Método Silábico, é possível observar:

[...] os alunos da EJA têm na memória uma situação muito próxima da que eles já passaram e que não serviu muito para modificar a sua condição de sujeitos que não conseguem ler os diversos textos que fazem parte da sua rede social. Eles lembram que a lição ensinada daquela maneira não os fez aprenderem. Nessa situação, aprender com o BA, BE, BI, BO, BU não deu e não poderia dar certo. (Ferreira; Albuquerque, 2010, p. 114).

Para ensinar, é de suma importância indagar-se sobre quem é o educando, dessa forma, identificar quem são os alunos e suas especificidades para que assim possamos atendê-los de forma integral e com qualidade, sem produzir práticas que os afastem novamente do sistema de ensino.

Quem são os sujeitos da EJA?

Durante o período de observação, ficou claro que os sujeitos da EJA são heterogêneos. São distintos quanto à experiência escolar, às aprendizagens ao longo da vida, trajetórias no trabalho; contextos familiares; crenças etc. Sobre isso, Costa e Amorim explicam: “O ensino de jovens e adultos tem uma peculiaridade que é marcada pela heterogeneidade e pela diversidade de histórias de vida, idades, perfis, desejos, sonhos, metas e conquistas” (Costa; Amorim, 2020, p. 2).

Ao estarem excluídas dos sistemas de ensino, esses sujeitos também estiveram alheios ao usufruto pleno de outros direitos, como afirma Arroyo: “[...] antes do que portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e elas carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência. Negação até do direito a ser jovem” (Arroyo, 2005, p. 24).

Durante a extensão, pude ver vários exemplos dessas diferentes expressões da exclusão social e de direitos sociais básicos, mas o que mais me marcou foi o de um senhor que encontrei na terceira instituição. Ele tinha 65 anos, veio da Bahia e não pôde estudar anteriormente devido às condições de vida. Somente agora está tendo acesso a um direito que lhe foi negado durante toda a vida: escolarizar-se.

A falta de escolarização impactou múltiplas dimensões da sua existência, inclusive o acesso a outros direitos básicos, como saúde. Nas aulas, fica evidente sua dificuldade para enxergar; ele utiliza

uma lupa e, ainda assim, necessita que as palavras sejam escritas em letras maiores para conseguir acompanhar. Esse simples fato mostra como o acesso a exames de vista e óculos adequados, assim como outros serviços de saúde e assistência social, também está diretamente ligado ao processo de aprendizagem e à garantia de cidadania.

É de suma importância considerar essas especificidades, porém não podemos ver estes sujeitos como incompletos, pois estes não são. É importante valorizar seus conhecimentos e vivências, pois estes já são sujeitos com vivências, histórias e culturas, e estas devem ser consideradas para o trabalho pedagógico.

[...] o protagonismo da juventude não vem apenas das carências. Esses jovens-adultos protagonizam trajetórias de humanização. Consequentemente, devemos vê-los não apenas pelas carências sociais, nem sequer pelas carências de um percurso escolar bem-sucedido. Uma característica do olhar da historiografia e sociologia é mostrar-nos como os jovens se revelam protagonistas nas sociedades modernas, nos movimentos sociais do campo ou das cidades. (Arroyo, 2005, p. 25).

Um exemplo de uma prática pedagógica que busca valorizar o conhecimento e as vivências dos alunos é o projeto da terceira instituição, em que os alunos produziram um livro de biografia em conjunto. Neste livro, os alunos contam suas trajetórias de vida, sonhos etc. É importante que práticas assim estejam presentes na EJA. Ao refletir sobre a valorização desses estudantes, destaca-se que “[...] é relevante mostrar que eles são muito corajosos em retornar para enfrentar esse desafio, estabelecendo um nível de diálogo, fortalecendo os saberes demonstrados por eles e que são tão importantes quanto os conteúdos que estudarão” (Costa; Amorim, 2020, p. 15).

Como observamos, os sujeitos da EJA são sujeitos diversos, portanto, encontramos salas com públicos heterogêneos e demandas diferentes do ensino fundamental. Saber das especificidades dos alunos é o ponto de partida para uma prática de qualidade. A partir de identificar as diversas especificidades dos alunos, cabe ao professor elaborar estratégias para estes sujeitos de forma integral, na medida de seu alcance, pensar metodologias que o entendam de forma social, cultural, política e emancipatória, pensando em atividades adaptadas para o tempo de aprendizagem dos alunos, levando em consideração questões socioeconômicas dos alunos como trabalho, família, cansaço, atraso e, com isso, pensar métodos de avaliação que se adapte a estas questões e assim os atendam.

Entender que estes alunos não foram apenas privados de ensino, mas de direitos também. Logo, cabe que o ensino não seja apenas mecânico, mas que os faça pensar de forma crítica na sociedade em que estão inseridos. “Os professores precisam planejar aulas diferenciadas, que motivem, estimulem os alunos a continuar frequentando a escola, estabelecendo relação dos conteúdos com os conhecimentos construídos por meio de suas experiências e diferenças” (Costa; Amorim, 2020, p. 10).

Importância da formação inicial e continuada voltada para EJA na formação docente

Como dito anteriormente, para produzir uma prática pedagógica de qualidade e significativa na EJA é importante que os professores identifiquem quem são os sujeitos da EJA e suas especificidades. Porém, como fazer isto em salas de aula com alunos tão diversos entre si e como não fazer uma prática que apenas replique o que é produzido com crianças? Para que o professor possa realizar um trabalho de qualidade na EJA é necessária uma formação inicial e continuada que o ensine como atuar neste campo de educação. Porém, os cursos de licenciatura, em sua maioria, não falam deste campo da educação; quando falam, é de forma rápida e rasa.

Apenas, recentemente, os cursos de Pedagogia vêm oferecendo disciplinas que abrangem o estudo da educação de jovens e adultos, gerando aperfeiçoamento de futuros profissionais. Não obstante, sabemos que em poucas horas de disciplina não se assegura uma formação completa, cabendo ao profissional que deseja trabalhar com a EJA procurar o seu aprimoramento, muitas vezes até, por conta própria. (Costa; Amorim, 2020, p. 2).

A formação continuada e inicial voltada para professores da EJA é de suma importância é para que estes tenham acesso ao conhecimento científico produzido e possam problematizar a realidade social que norteia a produção dessa modalidade da Educação Básica. A formação de professores pode contribuir efetivamente para o enfrentamento da evasão escolar favorecendo o direito à educação a todos.

Com isso, é possível afastar da EJA práticas infantilizadas, como algumas observadas. A EJA deve ser vista tanto como um campo de direito quanto como um campo de responsabilidade pública: “A Educação de Jovens e Adultos configura-se como um campo de direitos e de responsabilidade pública” (Arroyo, 2005, p. 19). Isso porque a modalidade é formada por sujeitos cujo direito à educação não foi garantido na infância, o que os deixou à margem de diversos outros direitos sociais.

Dessa forma, torna-se evidente que não é possível reduzir a EJA aos limites da sala de aula, pois os sujeitos carregam histórias marcadas por condições sociais marcadas por diferentes formas de exclusão, seja econômica, política, de saúde, moradia, etc. todas com influência sobre o seu processo educativo. Numa perspectiva ampla, abarcando todos os vieses da EJA, cabe ao estado efetivar políticas públicas permanentes que possibilitem a produção de novas realidades pedagógicas na EJA, pois só assim esta estará à altura de seus educandos.

Considerações Finais

A partir da observação das diferentes práticas pedagógicas vivenciadas durante a ação de extensão, foi possível compreender que reconhecer quem são os sujeitos da EJA é o ponto de partida para a construção de práticas pedagógicas de qualidade. As experiências evidenciaram que práticas contextualizadas, fundamentadas nas trajetórias, saberes e especificidades dos estudantes, favorecem a aprendizagem e a permanência na escola, enquanto práticas que não consideram quem é o sujeito acabam reproduzindo formas históricas de exclusão.

Os estudos que respaldaram os achados da extensão reforçam que a EJA deve ser compreendida como um campo de direito e de responsabilidade pública, cujos sujeitos carregam histórias marcadas por desigualdades sociais, econômicas e políticas que interferem diretamente em seus processos educativos.

A ação de extensão foi essencial para meu desenvolvimento como futura pedagoga. As experiências vivenciadas permitiram articular teoria e prática, ampliar a compreensão sobre as especificidades dessa modalidade da educação e refletir criticamente sobre o papel do professor na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, tornou evidente a importância da formação inicial e continuada de professores, indispensável para que os docentes compreendam as particularidades dessa modalidade, superem práticas pedagógicas inadequadas e desenvolvam trabalhos pedagógicos coerentes com as demandas dos estudantes.

Por fim, constato que, enquanto futura pedagoga, devo desenvolver uma prática pedagógica fundamentada no respeito à diversidade, na valorização das trajetórias de vida dos estudantes e na defesa da educação como direito. Compreendo que não é possível reduzir a EJA aos limites da sala de aula, pois seus sujeitos são atravessados por múltiplas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas que precisam ser consideradas no fazer pedagógico e nas políticas públicas. Reconhecer os sujeitos da EJA em sua integralidade é condição essencial para a construção de uma educação de

qualidade.

Referências

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jul. 2026.

COSTA, Danielle Sobral Porto; AMORIM, Antonio. Desafios e perspectivas dos alunos da EJA na escola contemporânea. **Cadernos de Educação Básica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 25-44, dez. 2020. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/cadernos/article/view/3051>. Acesso em: 22 jul. 2026.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Sílabas, sim! Método silábico, não! In: LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de (Orgs.). **Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. Cap. 6, p. 113-128.